



# 2005: ano das Comissões Sindicais de Base

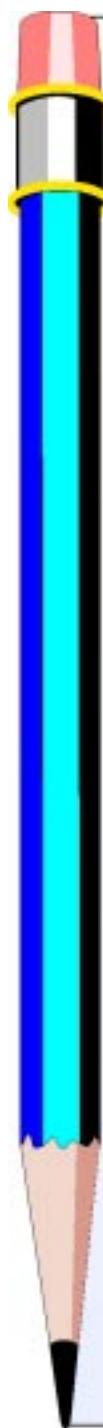
O principal objetivo do Sindsaúde-SP para o ano de 2005 é aprofundar cada vez mais a sua presença no dia-a-dia dos locais de trabalho. Aperfeiçoar a transmissão de informações, ampliar o número de atividades – assembleias, reuniões, seminários, plenárias –, enfim, ampliar as oportunidades para que os trabalhadores estaduais da Saúde participem de fato da vida de seu Sindicato.

Esse objetivo foi decidido pela categoria durante nosso 7º Congresso, e eleito prioridade pela direção do Sindicato em sua última Oficina de Planejamento.

Para pisar fundo no acelerador em direção a esse objetivo, vamos, juntos, fortalecer as Comissões Sindicais de Base (CSBs), eleitas ao longo do segundo semestre do ano que passou.

As CSBs são o próprio Sindicato atuando dentro das unidades da rede pública de Saúde. Os integrantes das Comissões têm a missão de organizar os trabalhadores e mobilizá-los na luta pela melhoria das condições de trabalho e dos salários. Vão representar cada um de nós diante das direções e chefias e também perante o Sindicato. Queremos que você, sindicalizado(a), faça parte desse trabalho: opine, cobre, ajude. E sindicalize novos companheiros.

**Vamos fazer um feliz 2005.**



## Nossos próximos passos

Representantes das Comissões Sindicais de Base recém-eleitas definiram um pré-calendário de atividades para 2005. Veja a seguir:

### A partir de agora

Realização de seminários nas regiões e nos grandes hospitais, tratando de dois temas que devemos entender melhor para organizarmos bem a defesa de nossos direitos: terceirização através de novas formas de gestão da Saúde pública estadual e Reforma Sindical. As datas dependem da organização de cada região.

### De janeiro até a primeira quinzena de março

Plenárias Regionais por todo o Estado. Datas a serem definidas pelas CSBs e direções regionais.

### Segunda quinzena de março

Conselho Estadual de Comissões Sindicais de Base. O assunto principal será a Campanha Salarial 2005. Data a definir.

### Primeira Quinzena de abril

Primeira Assembleia Geral da Campanha Salarial 2005. Data a definir.

### Primeiro semestre

Etapas estaduais, municipais e regionais da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, organizadas pelos Conselhos de Saúde

### Segundo semestre

- Início do 8º Congresso do Sindicato, com as etapas locais.
- Etapas estaduais, municipais e regionais da Conferência Nacional de RH no SUS.



# Por que e para que fortalecer as CSBs?

Sindsaúde-SP

**A** dureza do governo do Estado de São Paulo é a principal razão para fortalecermos as Comissões Sindicais de Base. É hora de dar às CSBs autonomia e preparo em doses maiores do que tiveram antes, na mesma medida em que o governo amplia e sofisticada as formas de reprimir nosso movimento.

Vários fatores indicam que o governo estadual vai ser ainda mais intransigente nas relações com seus trabalhadores. Já vimos isso muito claramente em 2004. Sua disposição de nos enfrentar sem abrir negociações foi mais truculenta do que em 2003, primeiro ano da gestão genuinamente Alckmin.

Como amplamente debatido (e sentido) no ano passado, o governo recorreu a estratégias autoritárias para reprimir nossa greve de 45 dias. Quando causou arrepios na legisla-

ção - como ao ameaçar grevistas com prisão e anunciar que iria negociar aumento com quem não estava em greve - acabou recuando não porque tenha apreço especial pela democracia, mas sim pelo receio causado por nossa reação. Porém, sempre que pôde encontrar amparo legal, ainda que discutível, foi implacável: corte de ponto, perseguição, corte de vale-alimentação, entre outras decisões.

Embalado por uma imprensa dócil, que ajuda a elevar seus altos índices de popularidade, o governo Alckmin ainda foi decisivo na eleição de José Serra para prefeito da Capital. Forma-se, assim, um forte enclave na Grande São Paulo, espaço quase totalmente aberto para a aplicação de fórmulas de gestão que diminuem a ação gover-

namental, repassando-a para a iniciativa privada.

Nesse cenário, a população poucas vezes percebe que a saúde paulista vai sendo entregue para entidades ávidas por lucro e que usam o dinheiro público de manei-

ra elitista, discriminatória, fora de controle social. E o trabalhador público vai sendo lentamente empurrado para os bastidores, rumo à porta dos fundos.

Se não enfrentar oposição, os efeitos negativos desse tipo de política pública serão muito provavelmente sentidos a médio e longo prazos. Haverá mais hospitais de boa aparência, é verdade, mas cada vez mais o dinheiro público estará a serviço de mãos discretas, de preferência anônimas. As filas e o sofrimento nos hospi-

tais verdadeiramente públicos, como aqueles em que trabalhamos, serão cada vez maiores.

Os trabalhadores públicos organizados têm um papel relevante na defesa do emprego e do acesso democrático aos serviços de Saúde. Cada local de trabalho será um foco de resistência ao rolo compressor de um governo que, na medida do possível, tenta embaçar o olhar do povo, desviando-o das decisões que toma nos gabinetes do Palácio dos Bandeirantes.



CSBs eleitas debatem estratégias de ação durante um dos cursos de formação realizado em Cajamar



Trabalhadores da Saúde protestam, durante a última greve, em meio à repressão do governo estadual

## Eleições na Afiamspe e ASHC-RP

Os trabalhadores do Iamspe e do HC-RP elegeram as novas diretorias das suas associações. A organização foi um exemplo de democracia e mobilização. Desejamos sucesso e reafirmamos nosso objetivo de trabalhar sempre em conjunto com essas entidades.



# Sob críticas, Agência não sai do papel e segue indefinida

**A** chamada Agência de Controle de Doenças, que no início do atual governo foi anunciada pela Secretaria de Estado da Saúde como prioridade, ainda não saiu do papel.

Dois anos após sua elaboração, o projeto não está mais sob os holofotes e, até o momento, não há definição clara de que rumos a agência irá tomar, ou se a idéia será de fato levada adiante. Neste momento, o governo faz silêncio.

O Sindsaúde-SP teve papel primordial na luta para discutir a agência e os possíveis reflexos que teria sua criação. Através do debate iniciado por nós, planos tiveram de ser refeitos.

Assim que soube do projeto, o Sindicato passou a estudar o assunto, com a

ajuda de especialistas. A análise do projeto confirmou que a agência traria resultados negativos para a estrutura de Saúde pública em São Paulo (saiba mais em texto ao lado).

A partir de então, o Sindsaúde-SP levou o tema para ser debatido no Conselho Estadual de Saúde, ao mesmo tempo em que convocamos outras entidades sindicais e movimentos populares para participar de uma ampla articulação política contra a implantação da agência.

Divulgamos os aspectos negativos do projeto que a Secretaria esforçava-se para esconder. Depois, o projeto passou a ser debatido até por funcionários graduados do governo, nos bastidores.

O rolo compressor do go-

## Projeto ignora controle social

A Agência de Controle de Doenças – nome provisório, nunca confirmado – seria uma espécie de autarquia especial com superpoderes, de cunho comercial. Como uma estrutura paralela à Secretaria de Saúde, teria sob seu comando superintendências e institutos que compõem a rede estadual, em especial aqueles com potencial lucrativo, ou seja, que poderiam vender produtos, serviços e pesquisas para a iniciativa privada. Como

exemplo, podemos citar a Sucen, o Instituto Adolfo Lutz e o Pasteur. Setores de assistência, fiscalização sanitária e auditoria seriam incorporados.

Essa agência não estaria subordinada a um controle social de fato, já que a proposta mencionava a hipótese de um controle gestor composto apenas por pessoas indicadas pela Secretaria da Saúde. Não é citada a obrigatoriedade de prestar contas aos movimentos populares,

ao Poder Legislativo, aos trabalhadores, aos usuários. Este ponto do projeto foi decisivo para dinamitá-lo no Conselho Estadual.

Pelo tamanho de sua estrutura, a agência acumularia poder maior do que o da própria Secretaria da Saúde. A direção do novo órgão teria liberdade de decisão e formulação de estratégias, o que colocaria em xeque outros núcleos de poder hoje existentes no governo estadual.

verno estadual, desta vez, não avançou com a velocidade habitual. O que gera dúvidas, neste momento, é que tipo de ação o governo

empreenderá, caso queira manter sua proposta de criação da agência. Uma das possibilidades é a reformulação do projeto.

Continuaremos atentos a possíveis desdobramentos. Como vimos mais uma vez, a mobilização dos trabalhadores faz a diferença.

## Reforma vai acabar com sindicatos fantasmas

**A** Reforma Sindical será um dos principais temas da agenda política brasileira em 2005, já que o governo federal deve enviá-la ao Congresso. Após sua aprovação, essa reforma trará profundas mudanças à atividade sindical. Por isso, é um dos assuntos que nós debateremos em seminários, plenárias e assembleias, por todo o Estado.

Nesta edição do Jornal do Sindsaúde-SP, queremos introduzir alguns dos principais pontos da proposta de Reforma Sindical. O projeto da reforma foi elaborado

por representantes de trabalhadores (através das centrais sindicais, como a CUT), de empresários e governo, no Fórum Nacional do Trabalho e em Câmaras Setoriais:

▣ **fim dos sindicatos de fachada:** após a Reforma, só serão reconhecidos sindicatos que tenham filiados pelo menos 20% dos trabalhadores do ramo de atividade em que atuam. O ramo de atividade dos trabalhadores públicos estaduais da Saúde é a Seguridade Social

▣ **sustento financeiro:** acabam as taxas obrigatórias como o imposto sindical. Por outro lado, será criada a Con-

tribuição de Negociação Coletiva, que poderá ser cobrada toda vez que o Sindicato participar de negociação coletiva. O valor dessa contribuição equivalerá a 1% do que o trabalhador ganhou nos 12 meses anteriores (sem contar INSS e benefícios, como vale-transporte e outros)

▣ **negociação coletiva:** a Reforma estabelece que a negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores é obrigatória, e será realizada em períodos pré-estabelecidos. Quem se recusar, comete crime. Algumas reivindicações poderão ser negociadas nacionalmente. Mantêm-se, no

entanto, as negociações estaduais, municipais e locais. No setor público, há ainda a proposta de formalização de Mesas de Negociação Permanente em todos os níveis

▣ **Justiça do Trabalho:** a Justiça do Trabalho não mais vai poder criar regras, ou seja, determinar reajustes ou data para retorno ao trabalho, em caso de greve. Esses assuntos serão discutidos sempre nas negociações coletivas. Mas, caso as partes decidam, em comum acordo, chamar a Justiça para mediar impasse, poderão fazê-lo

▣ **Greve:** garantido o direito de greve. Discriminar grevistas é

crime. Coagir trabalhador a comparecer a seu posto durante a greve é crime. Um detalhe polêmico na Reforma, e ainda indefinido, é o estabelecimento de serviços essenciais que devem ser preservados durante greves.

Esses e outros pontos da Reforma Sindical ainda deverão ser analisados no Congresso Nacional, quando deputados e senadores vão propor mudanças antes de aprová-los. Voltaremos ao assunto em outras edições e, especialmente, durante os debates ao longo do ano. Para saber mais, clique [www.sindsauesp.org.br](http://www.sindsauesp.org.br).

# Saúde paulista na mira da terceirização

O processo de terceirização da Saúde pública no Estado de São Paulo é um dos temas que nós debateremos nos seminários regionais, programados para o primeiro trimestre (veja o quadro Nossos Próximos Passos). Vamos iniciar esta conversa desde já.

O governo estadual segue uma mesma linha política adotada entre os anos de 1995 e 2002 pelo antigo governo federal. Seus integrantes acreditam que a melhor maneira de melhorar o serviço público é deixar que organizações sociais e empresas privadas cuidem do assunto.

Na Saúde pública, o governo estadual já entregou 16 hospitais novos para entidades de caráter privado administrarem. O governo repassa todo

o dinheiro, que vem dos impostos que a sociedade paga, mas não cuida diretamente dos hospitais.

Essas entidades não precisam fazer licitação para compras de materiais e equipamentos. Só a cabeça das chefias da entidade é que conta. Para conhecer um pouco os resultados dessa prática, vamos lembrar uma denúncia publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em 19 de novembro. O Tribunal de Contas do Estado, fonte da reportagem, afirma que o número de internações nesses hospitais cresceu 90% entre 1995 e 2002. E aponta: é possível que esse aumento tenha sido inventado, só para as entidades poderem pegar mais dinheiro público.

A denúncia mostra também que viagens de avião e hospedagens em

hotéis estão sendo pagas com dinheiro do SUS. Tudo isso sem controle, já que esses hospitais estão livres de licitação. Apesar de tanta facilidade, as entidades que ganharam os 16 hospitais públicos estão endividadas, segundo o Tribunal.

Além disso, esses hospitais têm portas fechadas, só atendendo pessoas com encaminhamento anterior. Esse modo de agir permite que os hospitais sejam usados com fins políticos e torna o atendimento elitista e discriminatório. E se o dinheiro acabar, os hospitais têm a liberdade de suspender atendimentos.

Tudo com dinheiro da população, enquanto os hospitais genuinamente públicos, onde trabalhamos, ficam à mercê de todo o tipo de necessidade.

Antes, o governo só entregava hospitais novos para esse tipo de entidade privada. Mas, agora, passou a entregar também hospitais antigos que passam por reformas. Isso já aconteceu no Luzia de Pinho Mello, em Mogi das Cruzes. O ambulatório e o pronto-socorro foram entregues a uma entidade privada, a SPDM (Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina), criada por docentes da Unifesp (Universidade Federal Paulista). A nova direção declarou aos jornais da cidade que quer dispensar metade dos trabalhadores públicos, substituindo-os por seu pessoal.

Pela gravidade desses fatos – e há outros – é importante prepararmos para defender nossos direitos. O Sindicato está nessa briga.

## CSBs definem valores para fundos de campanha e da sede própria

Reunido em 16 de dezembro, o Conselho Estadual das CSBs do Sindsaúde-SP definiu as porcentagens do orçamento destinadas à criação de um Fundo para Aquisição da Sede Própria e de um Fundo de Mobilização, este destinado a financiar as despesas com as Campanhas Salariais. Serão reservados 10% da arrecadação para esses fundos, a partir de janeiro, totalizando 5% para cada um. A criação dos fundos já havia sido decidida no 7º Congresso do Sindicato, tal como registrado no Caderno de Resoluções.

Para conhecer em detalhes como a arrecadação do Sindicato vem sendo utilizada, veja nosso último jornal sobre o assunto clicando em “Publicações” e depois em “Prestação de contas” na página

virtual [www.sindsaude.org.br](http://www.sindsaude.org.br). A prestação de contas do ano de 2004

estará pronta e será distribuída no primeiro trimestre de 2005.

Sindsaúde-SP



Trabalhadores comandam sorteio das viagens a Porto Seguro (saiba mais, ao lado)

## Viagem a Porto Seguro

Durante a reunião do Conselho Estadual de CSBs, em 16 de dezembro, foram sorteadas as três viagens para Porto Seguro, prêmio da Campanha de Sindicalização.

Veja os ganhadores:

- **Aparecida Rodrigues**  
Hospital Regional de Assis
- **Maria Lúcia C. Melito**  
UBS Jd. Umuarama - Capital
- **Nivaldo Ap. Machado**  
Centro de Ressocialização Feminina - S. J. do Rio Preto